NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 09/07/2013 - Edição Nº852

Empresa é responsabilizada por morte de empregado em acidente de moto

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que é de risco a atividade profissional que submete o trabalhador a se deslocar de motocicleta, cabendo ao empregador a responsabilidade civil objetiva por danos causados. Assim, negou provimento ao recurso da empresa catarinense Khronos Segurança Privada Ltda., que pretendia a reforma da decisão da Oitava Turma do TST que decretou sua responsabilidade objetiva pela morte de um empregado que faleceu num acidente de moto.

A reclamação foi ajuizada pelo herdeiro do empregado, que pediu indenização por danos morais e materiais pela morte do pai, que exercia a função de vigilante na empresa. O acidente fatal ocorreu em 2005, na rodovia estadual SC-403, quando o empregado ia verificar o disparo de alarme na residência de um cliente da empresa. O juízo do primeiro grau e o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) indeferiram o pedido, com o entendimento de que a empresa somente poderia ser condenada pela responsabilidade subjetiva, que depende de culpa, o que não foi comprovado.

O relator que examinou o recurso na SDI-1, ministro João Oreste Dalazen, esclareceu que, em regra, a responsabilidade do empregador por dano moral ou material decorrente de acidente de trabalho é subjetiva. Entretanto, a jurisprudência da SDI-1 reconhece, por exceção, que não há contradição ou incompatibilidade de normas jurídicas "ao se invocar a responsabilidade objetiva, ou seja, que independe de culpa do empregador, por acidente de trabalho, se o infortúnio sobrevier em atividade de risco".

O relator apontou que recentes estatísticas divulgadas pelos órgãos oficiais e matérias públicas na imprensa atestam a periculosidade da atividade de condução de motocicletas, que justifica a sua natureza de risco. Disse que notícia do site do Ministério da Saúde alerta que "brasileiros estão morrendo mais em acidentes com transportes terrestres, principalmente quando o veículo é motocicleta", que responde por 25% das mortes causadas por acidente de trânsito no país. Tanto é que as seguradoras têm evitado fazer seguro de moto, porque a probabilidade de um sinistro é grande, informou.

No entendimento do relator, embora a empresa não tenha "provocado diretamente o acidente de trânsito, figurou como autora mediata do dano sofrido pelo falecido empregado". Assim, negou provimento ao recurso da empresa, ficando mantida a decisão da Oitava Turma que determinou o retorno do processo ao primeiro grau para o prosseguimento do julgamento, como entender de direito.

Fonte: TST

Vereadores de Rolante (RS) aprovam projeto com porta giratória e biombos

Depois de mais de um ano de debates no Legislativo de Rolante, no interior do Rio Grande do Sul, os vereadores aprovaram uma lei municipal sobre segurança que contempla um conjunto de melhorias e exigência nos que refere à proteção da vida de clientes e trabalhadores.

Além de porta-giratória com detectores de metais, câmeras internas e externas, biombos junto aos caixas, controle das filas (com senha) e banheiro destinado ao público, a nova lei abrange os vigilantes, que terão que usar coletes e terão proteção com escudos. O movimento sindical terá o papel de fiscalização e representação junto ao Poder Público.

"Sem sombra de dúvida, trata-se de uma grande vitória dos trabalhadores, clientes e usuários. A segurança e a vida estão acima do patrimônio dos banqueiros", afirma o diretor de Fetrafi-RS, Lucio Mauro Paz, que participou dos debates no município do Vale do Paranhana.

Fonte: Contraf-CUT com Seeb Vale do Paranhana

Plataforma inicia debates da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil

Desde segunda-feira (8), a população de todo o mundo já pode utilizar a plataforma virtual Diálogos sobre o Trabalho Infantil (www.childlabourdialogues.org) – principal canal de contribuição para os debates da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil. O evento, que acontecerá em Brasília de 8 a 10 de outubro deste ano, deverá reunir cerca de 1,5 mil participantes. “A Conferência começa com os debates da plataforma virtual”, resume a secretária adjunta de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Paula Montagner.

A plataforma está organizada em seis salas temáticas. Para participar, o interessado precisa se identificar por meio de perfil em rede social, como o Facebook ou o Google+. Os textos de referência estão em inglês, mas os usuários poderão utilizar ferramenta de tradução para sua língua.

Uma das salas temáticas será dedicada à discussão do Documento Base da Conferência, que trata dos determinantes econômicos, institucionais, demográficos, sociais e culturais que interferem no cenário de exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes. O texto aborda ainda as piores formas de trabalho infantil, as estratégias e iniciativas globais para sua erradicação e os desafios que se impõem neste tema.

Outras quatro salas temáticas foram montadas segundo os quatro eixos do Roteiro para Eliminar as Piores Formas de Trabalho Infantil até 2016: Educação e Formação; Legislação e Implementação; Políticas sobre o Mercado de Trabalho; e Proteção Social. A sexta sala temática da plataforma virtual será dedicada especialmente à participação de crianças e adolescentes, que poderão expressar sua visão sobre os principais desafios e sobre as medidas necessárias para acelerar a eliminação das piores formas de trabalho infantil. Eles serão estimulados a discutir seus anseios em relação ao universo do trabalho e da educação.

Assim como na conferência, os debates na plataforma são facilitados por representantes de governos, organizações de empregadores, empregados e instituições da sociedade civil reconhecidos por sua atuação no combate ao trabalho infantil. Cada sala dos Diálogos sobre o Trabalho Infantil terá a discussão de três grandes tópicos, que culminarão com o processo de seleção dos temas a serem debatidos presencialmente durante o evento no Brasil.

Nela, também tem uma ferramenta para compartilhamento de boas práticas de combate ao trabalho infantil, possibilitando que as experiências

acumuladas por organizações governamentais e não governamentais em todo o mundo fornecem um rico mosaico de conhecimento que pode inspirar a implementação de novos projetos e políticas focados na eliminação de suas piores formas.

Conferência – A III Conferência Global sobre Trabalho Infantil tem por objetivo discutir os avanços no combate à exploração de mão de obra de crianças e adolescentes e os desafios para a eliminação das piores formas de trabalho infantil. Estruturadas em grandes plenárias e painéis temáticos, as discussões também terão como base os quatro principais eixos do Roteiro para Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil até 2016.

A proposta é buscar formas inovadoras para combater as violações de direitos de crianças e adolescentes, a recorrência de situações de trabalho infantil em empreendimentos familiares rurais e urbanos e o trabalho infantil doméstico, entre outras. Além disso, haverá discussões sobre a responsabilidade compartilhada das grandes cadeias produtivas sobre o emprego de crianças em segmentos de sua produção e sobre o modo como o trabalho infantil é entendido por povos e comunidades tradicionais, entre outros temas.

Esta é a primeira vez que um país de fora da Europa recebe a conferência. O Brasil foi indicado para sediar o evento por ser referência no combate ao trabalho infantil. Com as ações das politicas públicas e o apoio da sociedade civil, o número de crianças e adolescentes entre 5 anos e 17 anos em situação de trabalho infantil no país foi reduzido em 57% entre 1992 e 2011. O primeiro encontro reconhecido como global pela OIT foi em 1997, em Amsterdam, na Holanda. A segunda edição da conferência foi em 2010, em Haia, no mesmo país, e reuniu 450 delegados de 80 países.

O evento, que tem o apoio da OIT, reúne em seu comitê executivo os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Trabalho e Empego (MTE) e das Relações Exteriores (MRE). As delegações dos 193 países convidados deverão ser formadas por representantes dos governos, organizações de trabalhadores e empregadores e sociedade civil.

Fonte: MTE

Centrais reúnem-se com presidentes do Senado e da Câmara para discutir vetos

A dois dias do chamado dia de luta, as centrais sindicais se reúnem hoje (9) com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para, segundo informam, discutir vetos presidenciais de interesse dos trabalhadores. Os dirigentes citam especificamente aquele que impediu o fim do fator previdenciário. A audiência está marcada para as 15h45, no Senado.

O fator previdenciário é um dos itens da pauta das centrais, que se uniram para realizar um dia de manifestações pelo país na próxima quinta-feira (11). Estão previstos protestos, atrasos na abertura de locais de trabalho e possíveis paralisações. Em São Paulo, metroviários, por exemplo, decidem amanhã se interrompem atividades.

Em 2010, as centrais realizaram um ato unificado no estádio do Pacaembu, em São Paulo, e entregaram um documento aos então candidatos à Presidência da República. Em março deste ano, as entidades organizaram uma marcha em Brasília para cobrar o andamento das reivindicações. Agora, acrescentaram itens à pauta relacionados com os protestos realizados no mês passado, como melhoria no transporte público, na saúde e na educação, observando que são "antigas bandeiras de luta" do movimento sindical.

Comissão tem mais um dia para buscar consenso em projeto sobre terceirização

Apesar da dificuldade de levar a um entendimento as diferenças entres representantes de empresários e de trabalhadores, o relator do projeto na comissão, deputado Arthur Maia (PMDB-BA), ainda busca um acordo.

Os cinco pontos destacados para o debate pelo grupo de trabalho na semana passada são a isonomia entre os trabalhadores da empresa terceirizada e os da empregados da contratante, representação sindical, informação prévia sobre os direitos, áreas passíveis de terceirização, responsabilidade legal solidária e a penalização do contratante.

"Nós apresentamos as nossas propostas e sugestões para alterar e viabilizar o projeto de lei. Se isso não acontecer, estaremos mobilizados na CCJ para impedir a votação. Estamos organizando uma grande manifestação nacional para, entre outras reivindicações, derrubar essa proposta, que significa um atraso extraordinário às conquistas trabalhistas no país", afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF